

Banco demite gerente por justa causa e é condenado por danos morais



Em ação impetrada pelo Departamento Jurídico do Sindicato dos Bancários de Dourados, a Justiça do Trabalho de Rio Brilhante, através de sentença proferida pela Juíza Ivete Bueno Ferraz, anulou a demissão por justa causa que o Banco Bradesco impôs ao Gerente da agência daquela cidade. A justa causa tinha como fundamento a desconformidade de

prática determinada para os gerentes. Na sentença a Juíza não somente determinou a reversão da demissão para sem justa causa, assim como condenou o Banco a pagar R\$ 13.000,00, por danos morais por ter demitido o gerente sem que fundamentação houvesse para tanto. Com a reversão dos fundamentos, receberá todas as verbas rescisórias,

como aviso prévio, férias e 13º proporcionais e a multa do fundo de garantia, além da liberação do FGTS.

O Sindicato não mediu esforços para conseguir reverter essa demissão, disse Joacir Rodrigues, presidente do Sindicato, lembrando que o departamento jurídico do Sindicato tem atendido a demanda da categoria em vários casos.

PLR-História de luta e mobilização

A PLR (Participação nos Lucros e Resultados) é fruto de paralisações, mobilizações e intensas negociações com os banqueiros. Em 1995, a categoria bancária foi a primeira a garantir cláusula em Convenção Coletiva Nacional, estabelecendo o pagamento do benefício.

Os bancos privados, à época, pagavam aos funcionários 72% do salário mais o valor fixo de R\$ 200,00. Os bancos públicos, como BB e Caixa, passaram a pagar a PLR de forma linear a partir da campanha de 2003, quando passaram a negociar, de fato, com os sindicatos.

A PLR é uma forma de partilhar parte dos lucros obtidos pela empresa com os funcionários, principais responsáveis pelos lucros recordes. A parcela varia entre 5% e 15% do lucro líquido.

Salário Mínimo Brasileiro

Pode parecer pequeno, e ainda longe do ideal, mas o aumento do salário mínimo de R\$ 380,00 para R\$ 415 vai aquecer o mercado interno.

O acréscimo vai injetar renda extra de R\$ 1,615 bilhão por mês na economia. O novo valor é válido desde 1º de março, mas só começa a ser pago em abril. De acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), em um ano, incluindo o pagamento do 13º salário, o incremento chega a R\$ 21 bilhões.

8 de março Dia Internacional da Mulher

Mulher: um ser feito de coragem. Coragem para ter filhos, trabalhar, estudar, casar, cuidar dos netos, pensar e lutar por uma sociedade mais humana, mais cuidadosa, mais gentil, mais alegre, assim como a mulher sabe ser...

A mulher se lançou no mercado de trabalho, na política, na vida pública em geral. Hoje, o envolvimento da mulher nas questões políticas, no movimento sindical, nas Organizações Não-Governamentais, em inúmeros movimentos que incentivam e lutam pela cidadania é fundamental para a sociedade.

Votação eletrônica

Os municípios de Fátima do Sul (MS), São João Batista (SC) e Colorado D'Oeste (RO) são os primeiros a experimentarem, já na eleição deste ano, o chamado Kit Bio, conjunto de equipamentos composto por computador portátil com máquina fotográfica digital e leitor biométrico, *scanner* e *software* – para cadastrar os eleitores através das impressões digitais e fotografia digitalizada.

Banco do Brasil fecha 18 de 57 Unidades Regionais de Reestruturação de Ativo

O Banco do Brasil em mais uma fase do pacote da maldade, fechará no País 18 das 57 URR's - Unidade Regional de Reestruturação de Ativo. Em Minas Gerais serão fechadas as unidades de Montes Claros e a de Patos de Minas, ficando as de Belo Horizonte, Juiz de Fora e Uberlândia. As URR's são unidades

que cuidam da renegociação de crédito. Em Patos estão lotados 11 funcionários que respondem por 29 cidades.

A URR de Patos tem um dos melhores índices de cumprimento de metas nestas unidades, portanto não é justo que o BB através de critério subjetivos, como a localização geo-

gráfica, venha desativar esta unidade de que é bastante lucrativa, gerando enorme transtorno para os funcionários desabafa Rogério Pereira, funcionário da URR de Patos de Minas.

Para o movimento sindical o fechamento das URRs não resolverá os problemas do Banco do Brasil, uma vez que os problemas mais urgentes como as filas em todas as agências da região, o sucateamento dos caixas eletrônicos e as pressões sobre os funcionários e as promessas que foram feitas aos funcionários e não foram cumpridas.

E o mais importante que é respeito aos trabalhadores e aos clientes, não acontece.

Dourados não será atingido por essa reestruturação, entretanto o que a gente visualiza no dia-a-dia das agências é a exploração do trabalhador com extrapolação da jornada de trabalho. Muitos clientes e poucos funcionários e metas e mais metas abusivas.



Vergonha! Bradesco segue incompleto Responsabilidade social zero e incentivo a educação nada

O Bradesco segue na contramão do seu slogan. Como pode se denominar o banco completo e do planeta se é o único que não paga auxílio-educação para seus funcionários? Os bancários querem mudar este cenário vergonhoso.

O banco lucrrou mais de R\$ 8 bilhões, exige qualificação e não dá condições para isso. Não há qualquer argumento para não conceder o benefício.

O Bradesco está cada vez mais valorizado. Segundo reportagem

publicada no jornal O Estado de São Paulo, o banco superou pesos pesados dos Estados Unidos, país ícone do capitalismo e que abriga as maiores instituições financeiras do mundo.

A matéria cita a conclusão de estudo da empresa Economática, de que o banco brasileiro vale 14% a mais do que o Merrill Lynch (US\$ 53,5 bilhões contra US\$ 46,9 bilhões). O Bradesco está à frente do Morgan Stanley e do Bank of New York Mellon Corp.

No entanto, o prestígio não reflete melhorias para os funcionários, principais responsáveis pelos lucros astronômicos. Mesmo com resultados excelentes, a empresa se nega a conceder o auxílio-educação.

Com lucro de R\$ 8 bilhões ano passado, quase 60% maior do que o registrado em 2006, sobram motivos para o Bradesco pagar o benefício.

Entre os grandes bancos em operação no Brasil, o Bradesco é o único a não conceder a bolsa de estudos para graduação.

A importância do tema mulher e previdência

Alguns dos defensores da reforma da previdência pedem a modificação das atuais regras de aposentadoria das mulheres. Afirmam que elas não podem se aposentar com menos tempo de contribuição, pois vivem mais e se aposentam mais cedo.

Estes argumentos estão baseados em inverdades. A expectativa de vida feminina é mais alta porque este indicador é calculado a partir de dados referentes à mortalidade e, entre as pessoas que morrem prematuramente por acidentes ou violência, é maior o número de homens.

A taxa de desemprego masculina (5,9%) é inferior a feminina (9,3%) e o tempo médio entre sair de um emprego e conseguir outro, é expressivamente maior para elas. Nestas condições, a mulher terá, em comparação com um homem da mesma idade e tendo ambos começado a trabalhar ao mesmo tempo, menor tempo de contribuição.

Além da manutenção dos seus direitos, as mulheres lutam ainda pelo reconhecimento do tempo de trabalho doméstico para fins de aposentadoria e pelo direito de aposentadoria aos 55 anos para trabalhadoras rurais, cinco anos a menos que a idade necessária para aposentadoria das trabalhadoras urbanas.

Perfil da Mulher Bancária

- 80% das mulheres bancárias possuem nível superior completo
- 60% das mulheres têm entre 30 e 49 anos
- A remuneração média de R\$ 2.658,82
- Aproximadamente metade das mulheres (51%) ganha entre 5 e 15 salários mínimos.

Expediente

Presidente:	Joacir Rodrigues de Oliveira
Vice-Presidente:	Leonice Francisco Mariano
Secretário-Geral:	Laudelino Vieira dos Santos
2º Secretário:	Edegar Alves Martins
Diretor Financeiro:	Valdinei Araújo
Vice-Diretor Financeiro:	Ivanilde dos S. Fidelis
Diretor Jurídico:	José Carlos Camargo Roque
Diretor Regional:	João Alfeu Simioni
Diretor de Esportes:	Leonardo Freitas Nunes
Diretor de Imprensa:	Janes Estigarribia
Diretor de Form. Sindical:	Ronaldo F. Ramos
Diretor de Saúde:	Walter Teruo Ogima
Fotos:	Walter Teruo, Ronaldo Ferreira e Edegar

R. Olinda Pires de Almeida, 2450 - Fone (67) 3422-4884 - Fax (67) 3423-0117

Congresso da Federação e do Sindicato

O sindicato esta convocando os bancários de Dourados e região para participarem das assembléias que vão eleger os delegados para o Congresso da Federação Centro Norte dos Bancários bem como do Congresso dos Bancários em Dourados. Fique atento as datas e participe!

A renuncia de Fidel



O líder de Cuba, Fidel Castro, 81 anos, renunciou à presidência do país, após 49 anos no poder em mensagem publicada no dia 19 de fevereiro.

A longa e extraordinária carreira política de Fidel Castro chegou ao fim pelo menos no que se refere à presidência. Mas sua enorme influência irá continuar viva. Suas colunas regulares para o Granma, o jornal do Estado para onde ele continuou escrevendo durante sua doença irá continuar. Apenas agora, a assinatura será alterada ao invés das refle-

xões do comandante chefe, agora será velho camarada Fidel. Os cubanos e observadores internacionais em geral continuarão lendo.

Não pode haver um substituto para Fidel. Não apenas por suas qualidades como líder, mas porque as circunstâncias históricas nunca serão as mesmas. Fidel presenciou tudo desde a revolução cubana até a queda da União Soviética, e décadas de confronto com os Estados Unidos. O fato dele se afastar em vida irá ajudar a assegurar uma transição em paz. O povo cubano agora aceita que o país ainda pode ser conduzido no mesmo caminho, mas por um time diferente. Há um ano e meio, eles estão se acostumando com a idéia, enquanto Fidel permaneceu teroricamente como presidente. Como sempre, Fidel era o mentor.

Ele deixa seu gabinete confiante que o sistema político de Cuba está estável. Sua preocupação atual não é mais sobre o socialismo no seu país do que a qualidade de vida ao redor do mundo, onde muitas crianças são iletradas, famintas e sofrendo de doenças que poderiam ser facilmente curáveis.

Consciência política, a melhor forma de melhorar um Brasil !!!

Muitas pessoas imaginam que a política não tem nada a ver com a vida pessoal.

É, infelizmente, comum muitas delas afirmarem que não se interessam por política, e, em casos não muito extremos, alguns chegam a dizer que não querem saber de política.

Nesses períodos, a política, ou melhor, os candidatos e seus partidos invadem a vida de todo mundo, pela televisão, pelos jornais, nos outdoors, nas ruas, faixas e, por que não, bicicletas com alto-falantes.

Enfim a política interfere em nossas vidas todos os dias a qualquer momento. Por vezes, é fácil perceber. Outras vezes, nem tanto. Assim, de forma clara ou de forma menos aparente, todas as leis e medidas, tomadas por aqueles que foram legitimamente eleitos, interferem direta ou indiretamente em nossa vida. Os impostos que pagamos,

o trânsito, a vida escolar, a vida profissional, os laços familiares... tudo é regido pelas leis e pelas decisões daqueles que governam.

Por isso é importante termos consciência política ouseja, não devemos votar por impulso, ou porque disseram que tal candidato é melhor, ou porque votamos no candidato mais forte para não perdermos o nosso voto. Termos consciência política significa que devemos escolher atentamente o candidato que quisermos eleger para votarmos certo, e, para escolhermos bem, depende de se observar diversos aspectos, como analisar as propostas concretas de um partido ou candidato e as informações que aparecem nos programas dos partidos.

Em Dourados o movimento estudantil com apoio do Comitê Regional de Defesa Popular lançaram uma campanha sobre a Consciência Política.

Rádios comunitárias: 10 anos de uma lei troncha

No dia 28 de janeiro de 1998, foi aprovado o projeto que regulamentava o Serviço de Radiodifusão Comunitária. Na forma da Lei 9.612/98, ela foi sancionada no dia 19 de fevereiro de 1998 pelo então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso.

A lei começou a brotar no início de 1996 no Congresso Nacional, quando alguns parlamentares apresentaram projetos de lei, atendendo às queixas à repressão aos que atuavam com comunicação. Dizia a lógica: se não havendo lei há repressão, vamos fazer uma lei e acabar com isso. Mas em política a lógica é outra. E os militantes das rádios comunitárias tiveram que encarar um problema tão sério quanto a repressão: aqueles que faziam as leis no país.

O Congresso Nacional era dominado por uma direita animadíssima, empolgadíssima, felicíssima com o novo presidente, um intelectual que sonhava grande para o mercado, Fernando Henrique Cardoso. Ele começava a pôr em prática os ensinamentos mais conservadores ditados pelo FMI, OMC etc. O Estado era destruído, as empresas públicas se tornavam privadas, e para que ninguém aperreasse o mercado, criavam-se as tais agências reguladoras, instituições transgênicas, mantidas pelo erário público, para cuidar do mercado.

Na época, embora existisse uma onda na Europa e Estados Unidos, o conceito de rádio comunitária ainda era uma novidade no Brasil.

O primeiro Projeto de Lei, nº 1.521/96, foi apresentado pelo deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP). Como outros, tratava da criação de rádio e TV comunitária. Mas televisão era demais. Antes do final de 1996, outros sete projetos foram apresentados, juntando-se ao de Arnaldo Faria de Sá, incluindo a proposta do governo Fernando Henrique Cardoso, a mais medíocre e restritiva – estabelecia um alcance de 400 metros!

A intenção do governo FHC e seus aliados era de que a lei fosse a pior possível. O projeto foi aprovado na Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara dos Deputados no dia 4/12/1996. Como o relatório final, apresentado pelo deputado Koyu Ira (PSDB-SP), já trazia uma proposta que não servia à maioria da população, não havia como torná-la pior. O deputado Arolde Oliveira (PFL-RJ), dono de emissoras, propôs emenda, limitando o alcance a 1 quilômetro. Felizmente, ela foi rejeitada. E o texto na Lei 9.612/98 manteve a potência – 25 watts – como limite. Ocorre que o Executivo não gostou e, no Decreto 2.615/98, publicado no Diário Oficial de 4/06/1998, tacou lá: o alcance é de 1 quilômetro! Isto é, o Executivo fez a lei! É inconstitucional, mas está valendo.

A lei, que completou 10 anos de idade no último 19 de fevereiro, nasceu troncha, portanto. Ela existe para inviabilizar as rádios comunitárias.

Mas o arsenal de maldades contra as rádios comunitárias não se esgota numa legislação nascida num Congresso contrário a ela. No final de 2007, a Anatel botou no ar consulta pública para levar as rádios comunitárias para fora do dial! Se o espectro de radiodifusão vai de 88 a 108 MHz, a Anatel, atendendo naturalmente aos interesses das emissoras comerciais, quer as rádios operando nas frequências 87,5 MHz, 87,7MHz ou 87,9 MHz. Todas, em todo Brasil. Ocorre que os aparelhos de rádio disponíveis no mercado não estão preparados para receber sinais nestas frequências – estão preparados para receber na faixa de 88 a 108 MHz. Portanto, para ouvir rádio comunitária o brasileiro terá que ir a um centro espírita, onde se captam sinais anormais.

O fato é que a legislação brasileira para as rádios comunitárias atenta contra os direitos humanos. Ela envergonha o país.

Bancarização é prejuízo para categoria e para clientes



Como saída para diminuir a superlotação de clientes nas agências, muitos bancos "terceirizam" serviços como saques, depósitos e pagamentos aos chamados correspondentes bancários, dentre os quais casas lotéricas, farmácias e padarias.

A bancarização coloca em risco clientes e funcionários, pois as

empresas não têm estrutura adequada para oferecer serviços bancários. Para os bancos, transferir a responsabilidade tem sido a opção para "esvaziar" as agências e por fim às intermináveis filas.

O Banco do Brasil já atua no segmento em algumas capitais do Sudeste. A cada ano, a Caixa investe em novas casas lotéricas, em todo o Brasil.

Ao invés de ampliar a rede de agências, as empresas negligenciam a necessidade de investir em novas contratações.

Com a bancarização, novas vagas deixam de ser criadas e o cliente fica obrigado a optar pelo caos nos bancos ou à insegurança nos correspondentes.

Banqueiros repassam aos clientes aumento de impostos

Os bancos tiveram este ano os maiores lucros da história. Tanto acúmulo de capital levou o presidente Lula a aumentar a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). A intenção de Lula foi até boa, mas os banqueiros trataram de transferir, na surdina, o aumento de impostos para a conta dos clientes.

Dias depois do anúncio do governo, os bancos aumentaram os juros do crédito em cerca de 3,5 pontos percentuais (37,2%) em relação a dezembro de 2007 (33,8%). E o pior, o maior aumento foi dos empréstimos para pessoas físicas, cuja taxa anual saltou de 43,9% para 48,8% (diferença de 4,9%).

Para as empresas, o aumento foi menor: a taxa passou de 22,9% para 24,6%.

Boas notícias - Nem só de má notícia viveram os consumidores bancários. O Banco Central baixou uma circular que obriga as instituições financeiras a comunicarem aos clientes com antecedência sempre que houver aumento de tarifas.

A nova regulamentação faz parte de um pacote do Conselho Monetário Nacional (CMN) e passa a valer a partir do dia 30 de abril.

Já no dia 3 março, uma outra regra obrigou os bancos a informar aos clientes o valor total de quanto o consumidor pagará por ano de juros, impostos e tarifas. A norma vale também para leasing.

Sindicato apóia Chapa 1 na eleição da FENAE

As eleições da Federação Nacional das Associações de Pessoal da Caixa Econômica Federal (FENAE) serão realizadas no dia 18 de março. O Sindicato dos Bancários de Dourados e Região apóia a Chapa 1, encabeçada por Pedro Eugênio Beneduzzi Leite. A Federação Nacional das Associações de Pessoal da Caixa Econômica Federal (Fenae) foi fundada

em 29 de maio de 1971, durante o 6º Congresso Nacional das Associações de Pessoal, em Curitiba (PR), para dar maior integração e unidade ao movimento associativo dos empregados da Caixa. A Fenae congrega as Associações do Pessoal da Caixa (Apcefs). São 27 as associações federadas. O número de associados, ativos e aposentados, atualmente supera 60 mil.

Campanha pela redução da jornada de trabalho sem redução de salário vai mobilizar o país



A Central Única dos Trabalhadores realizará no próximo dia 11 de fevereiro, em conjunto com as demais centrais, no centro de São Paulo, o primeiro ato de rua da campanha pela redução da jornada de trabalho sem redução de salário. A partir das 10h da manhã, na praça Ramos de Azevedo - defronte o Teatro Municipal - lideranças e militantes vão instalar postos de coleta de assinatura e mobilizar quem passa pelo local para aderir à campanha, com a ajuda de carros de som e panfletagem.

Para Artur Henrique, presidente da CUT, este ato deve servir como marco de uma ampla campanha unificada com as centrais e, ao longo do tempo, o desafio será incorporar também outros atores soci-

ais.

A redução da jornada sem redução de salários é um importante instrumento para a criação de empregos, para a distribuição de renda e melhoria das condições de vida do povo brasileiro.

O desafio da CUT agora é organizar mais e mais atos em diversas regiões. Algumas idéias já estão consolidadas. No dia 13, por exemplo, a CUT realizou uma grande mobilização diante do Congresso Nacional, em Brasília, somando a bandeira da redução da jornada ao ato de entrega das Convenções 151 e 158 para ratificação.

Pelos cálculos do Dieese (Departamento Intersindical de Estudos Socioeconômicos), a redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais teria o impacto potencial de gerar em torno de 2.252.600 novos postos de trabalho no país.

Em Dourados o movimento sindical juntamente com o Comitê Regional de Defesa Popular realizaram um ato público a favor da redução da jornada no dia 06 de março quando vários sindicalistas participaram do evento.

Ministro contraria governo e defende privatização dos bancos federais

Ataques ao papel público e social de bancos federais como a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil voltaram recentemente à tona nas páginas da grande imprensa. Desta vez declarações isoladas do ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge, foram divulgadas pelo jornal DCI. O alvo, como sempre, é a privatização dos dois maiores bancos públicos do país, sob a alegação de que ambos "não fazem parte das funções essenciais do governo".

A bem da verdade, as especulações sobre a necessidade de privatização dos bancos federais não contam com o respaldo do governo Lula, que vem dando total prioridade à Caixa Econômica Federal como principal instrumento de políticas públicas. Esse papel vem sendo exercido historicamente pela empresa, que atua como maior agente nacional de financiamento da casa própria e de investimento em saneamento básico e infra-estrutura urbana.

O passado na Caixa foi marcado pela política de reajuste zero nos salários, de fechamento de unidades em todo o país, de perseguição a dirigentes sindicais e associativos, de terceirização indiscriminada de serviços, de ameaça de demissões sem justa causa e de falta de iniciativas na área social.

Atualmente, a situação é adversa da que vigorava no passado. No curso dos últimos anos, principalmente de 2003 para cá, a Caixa conseguiu se reerguer e retomar sua missão histórica.